ENTRE VOCAÇÃO E PROFISSÃO: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE O INGRESSO NA DOCÊNCIA

Ana Claudia Gomes da SILVA

UNESP- Marília/SP – Programa de Pós-Graduação em Educação

Eixo 10 - Gênero e sexualidade na Educação

acg.silva@unesp.br

Palavras-chave: Educação Básica. Feminização. Trabalho Docente.

Resumo

O presente trabalho analisou o processo de feminização da carreira docente e as dinâmicas de gênero associadas ao magistério sob uma perspectiva histórica e social. O principal objetivo foi compreender como a formação, a concepção de profissão e o profissionalismo docente são impactados pelas dinâmicas de gênero, considerando a composição majoritariamente feminina da educação básica. A metodologia pautou-se na pesquisa qualitativa de cunho socio-histórico, utilizando a História Oral por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com oito professoras da rede pública do município de Pindorama-SP. Os resultados indicaram que a escolha profissional das professoras foi atravessada por uma confluência de fatores vocacionais, econômicos e influências familiares, revelando que discursos históricos que associam a docência ao cuidado e à maternidade ainda permeiam o imaginário das professoras. Conclui-se que a compreensão dessas narrativas é essencial para refletir criticamente sobre a necessidade de valorização docente e para a desconstrução de estereótipos que limitam o potencial transformador da educação.

Palavras-chave: Educação Básica. Feminização. Trabalho Docente.

1. Introdução

A imagem da escola no Brasil contemporâneo está intrinsecamente ligada ao universo feminino. Guacira Louro (2014) sugere que, se perguntarmos qual gênero representa o ambiente escolar a resposta predominante seria o feminino, uma percepção corroborada por dados estatísticos que mostram as mulheres ocupando organizando e desempenhando papéis de destaque na educação básica. Essa ocupação massiva não é um fenômeno meramente numérico, mas trata-se de uma

construção histórica e social das relações de gênero que moldou a identidade da profissão docente desde o final do século XIX.

Historicamente a transição da docência de um campo masculino para um majoritariamente feminino foi impulsionada pela necessidade do Estado em expandir a educação primária com baixos custos. As mulheres eram vistas como uma mão de obra mais "barata", pois aceitavam remunerações inferiores às dos homens, que buscavam áreas de maior prestígio econômico. Esse processo consolidou o que Yannoulas (2011) define como feminização (o aumento numérico de mulheres em uma ocupação) e feminilização (a atribuição de características supostamente "naturais" femininas ao exercício profissional). Assim, qualidades como docilidade, paciência e abnegação foram estrategicamente associadas ao magistério transformando a profissão em uma "nobre missão".

Essa naturalização da docência como extensão das funções maternais gerou o que se denomina "mãe espiritual" ou a figura da "tia". Paulo Freire, em sua obra “Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar” (2015) critica essa visão que confunde a competência técnica e intelectual com o simples afeto e cuidado doméstico. Ao ser equiparada ao trabalho reprodutivo não remunerado do âmbito privado, a docência sofreu um processo de desvalorização profissional crônico, onde o reconhecimento emocional dos alunos é muitas vezes colocado como a principal recompensa, em detrimento de salários dignos e condições laborais adequadas.

Além disso, a escola foi concebida sob os ideais republicanos e a lógica capitalista, como uma extensão do lar e da família. Essa estrutura serviu para justificar a inserção da mulher no mercado de trabalho sem que os padrões patriarcais fossem ameaçados, permitindo que as docentes conciliassem a carreira com a "dupla jornada" de cuidados domésticos.

Diante desse cenário histórico de precarização e estereotipia, torna-se fundamental investigar como essas marcas ainda operam no imaginário das educadoras atuais.

2. Fundamentação Teórica

A inserção feminina no mercado de trabalho — especialmente no magistério — não aconteceu de maneira natural ou igualitária, mas foi marcada por relações históricas de poder que limitaram oportunidades e atribuíram às mulheres funções ligadas ao cuidado e ao espaço doméstico.

Essa divisão sexual do trabalho contribuiu para a desvalorização de atividades associadas ao universo feminino, impacto que também se refletiu na profissão docente. Nesse sentido, procurou-se discutir a feminização do magistério como uma construção

histórica e social atravessada pelas relações de gênero que influenciam a identidade e a valorização da docência até os dias atuais.

Nesse sentido, compreender a feminização da docência exige analisar as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que moldaram a presença feminina no espaço público e no mundo do trabalho.

A divisão sexual do trabalho constitui um elemento central para essa análise. Conforme destacam Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, caracterizando-se pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva.

Essa estrutura não apenas distribui funções mas produz hierarquias, atribuindo maior valor econômico e social ao trabalho masculino e invisibilizando o trabalho feminino, frequentemente entendido como extensão “natural” das capacidades das mulheres. Diante disso, atividades relacionadas ao cuidado, à educação e à manutenção da vida foram historicamente desvalorizadas por serem associadas ao universo feminino.

Como aponta Yannoulas (2011), o chamado “não trabalho” abrange justamente as atividades domésticas e reprodutivas, não remuneradas e privadas, tradicionalmente atribuídas às mulheres, enquanto o trabalho produtivo e público foi historicamente associado aos homens. No contexto da sociedade capitalista industrial, essa lógica foi reforçada pela necessidade de incorporação da mão de obra feminina em ocupações consideradas compatíveis com os atributos socialmente atribuídos às mulheres.

Chamon (2005) argumenta que o sistema capitalista se beneficiou da divisão de gênero ao direcionar as mulheres para profissões que reforçavam a ordem social vigente. Nesse cenário, o magistério emergiu como uma profissão considerada adequada ao “papel feminino”, permitindo a entrada das mulheres no mercado de trabalho sem ameaçar os padrões patriarcais da época.

Almeida (1996) reforça essa perspectiva ao afirmar que ser professora representava uma forma socialmente aceitável de sobrevivência para mulheres pobres e órfãs sem dote, uma vez que o magistério era concebido como um prolongamento das funções domésticas e maternais. A feminização do magistério, intensificada no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, esteve diretamente relacionada às transformações econômicas, urbanas e educacionais do período.

Conforme destaca Louro (1997) a expansão do ensino primário exigia maior número de docentes, e as mulheres passaram a ocupar esse espaço também porque aceitavam salários inferiores aos dos homens.

Entretanto, como ressalta Yannoulas (2011), é necessário distinguir os conceitos de feminização e feminilização. A feminização refere-se ao aumento quantitativo da presença de mulheres na profissão docente, enquanto a feminilização corresponde à atribuição de características consideradas tipicamente femininas ao exercício do magistério, como docilidade, paciência, fragilidade e abnegação. Esses discursos contribuíram para consolidar a ideia da docência como uma missão moral e afetiva, enfraquecendo sua compreensão como profissão intelectual e técnica.

Nesse sentido, Denice Barbara Catani (1997) afirma que a valorização de qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício, associada à baixa remuneração docente, não ocorreu de forma coincidente, mas constituiu um discurso historicamente direcionado às mulheres.

A autora evidencia que determinadas qualidades foram estrategicamente associadas à docência feminina, criando condições para que as mulheres fossem vistas como naturalmente vocacionadas para o cuidado e para o ensino das crianças, ao mesmo tempo em que se legitimava a baixa valorização salarial da profissão.

Essa perspectiva também aparece em Novaes (1992), ao apontar que a incorporação da mulher à função docente foi justificada como uma extensão das atividades femininas para além do espaço doméstico.

Guacira Lopes Louro (2014) e Paulo Freire (2012) problematizam essa construção histórica ao evidenciarem como a figura da professora foi associada à ideia de “mãe espiritual”, responsável não apenas pela transmissão do conhecimento, mas também pela formação moral e emocional das crianças. Essa representação reforçou expectativas de altruísmo, cuidado e dedicação absoluta, contribuindo para a naturalização da precarização do trabalho docente. Ao enfatizar excessivamente o amor, a dedicação e a vocação, silencia-se a dimensão política, intelectual e técnica da profissão docente, dificultando a reivindicação por reconhecimento profissional e melhores condições de trabalho.

Além das desigualdades presentes na organização do trabalho, as relações de gênero também estruturam os processos educativos e as práticas escolares. Butler (1990) argumenta que o gênero não constitui uma essência biológica ou natural, mas uma construção social performativa produzida e reiterada por discursos culturais e normas sociais, a escola nesse contexto, atua como um importante espaço de produção e reprodução dessas normas.

Louro (2000) denomina esse processo de constituição do “corpo escolarizado”, no qual gestos, posturas, comportamentos e formas de expressão são continuamente regulados e ensinados para se adequarem às expectativas sociais de masculinidade e feminilidade.

A lógica binária de gênero presente na sociedade também atravessa a organização escolar, delimitando espaços considerados apropriados para homens e mulheres. Enquanto as mulheres permanecem majoritariamente concentradas nas etapas relacionadas ao cuidado direto e à educação infantil, os homens tendem a ocupar cargos de liderança, gestão e áreas consideradas de maior prestígio social.

Conforme observa Rabelo (2013), a feminização do magistério continua sendo acompanhada pela desvalorização da profissão docente e pelo afastamento masculino das salas de aula da educação infantil e dos anos iniciais.

Nesse cenário Birolli (2018) destaca que a centralidade do cuidado na vida das mulheres produz impactos profundos em suas trajetórias profissionais e políticas. Mesmo inseridas no espaço público, muitas mulheres continuam responsabilizadas pelas tarefas domésticas e pelo cuidado familiar, enfrentando a chamada dupla jornada de trabalho. Segundo a autora, as mulheres continuam a dedicar muito mais tempo do que os homens às tarefas domésticas e, por outro lado, a ter rendimentos bem menores que os deles na esfera pública, dessa forma, as desigualdades de gênero ultrapassam o espaço doméstico e estruturam também as relações profissionais e educacionais.

Compreender as dinâmicas de gênero na docência implica reconhecer que a escola é simultaneamente espaço de reprodução e de resistência. Ao mesmo tempo em que pode reforçar normas e estereótipos historicamente construídos, também possui potencial para questionar desigualdades e promover novas formas de pensar as relações entre gênero, trabalho e educação.

3. Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico desta pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, escolhida por possibilitar a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e das experiências subjetivas vivenciadas pelas participantes.

Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, crenças, valores e relações humanas, permitindo compreender aspectos da realidade que não podem ser reduzidos à quantificação. Nesse sentido, tal abordagem mostrou-se adequada para investigar as percepções das professoras acerca da feminização da docência e das relações de gênero presentes na profissão.

Dentro dessa perspectiva, optou-se pela utilização da História Oral como procedimento metodológico, por compreender que as narrativas e memórias das participantes constituem importantes fontes de produção do conhecimento.

De acordo com Meihy e Holanda (2017), a História Oral possibilita registrar experiências individuais e coletivas, valorizando as vozes dos sujeitos e suas interpretações sobre os acontecimentos vividos.

O cenário da investigação foi o município de Pindorama-SP. Participaram da pesquisa oito professoras efetivas, com idades entre 33 e 65 anos e tempo de atuação profissional variando entre 9 e 35 anos. A escolha das participantes buscou contemplar diferentes etapas da educação básica — educação infantil, ensino fundamental I e II — com o objetivo de captar múltiplas experiências e percepções acerca da docência e das relações de gênero presentes no ambiente escolar.

Como instrumento de produção de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, elaborada a partir de um roteiro previamente organizado, contendo questões relacionadas às motivações para a escolha da profissão docente, à relevância social da docência, aos desafios enfrentados no cotidiano escolar e às percepções sobre a presença feminina no magistério.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em local e horário previamente acordados com as participantes, sendo gravadas mediante autorização e posteriormente transcritas integralmente, buscando garantir a fidelidade aos relatos e às experiências compartilhadas. A pesquisa respeitou os princípios éticos que orientam estudos com seres humanos, assegurando às participantes o direito ao anonimato, à confidencialidade das informações e à livre participação.

Para a análise dos dados, utilizou-se a organização por categorias temáticas, procedimento que possibilitou sistematizar e interpretar os relatos produzidos nas entrevistas. As narrativas foram agrupadas em sete eixos principais: identidade, escolha profissional, relevância, desafios, vocação, gênero e qualidades docentes. Essa organização permitiu estabelecer aproximações entre as falas das participantes e os referenciais teóricos discutidos na pesquisa, favorecendo uma análise reflexiva acerca das relações entre gênero, feminização da docência e construção da identidade profissional docente.

4. Discussão

A análise dos dados produzidos por meio das entrevistas revela a complexidade das trajetórias das oito professoras participantes da pesquisa, evidenciando como o processo de feminização da carreira docente é atravessado por fatores históricos, sociais, culturais e econômicos.

As narrativas demonstraram que a escolha pela docência não ocorreu de maneira homogênea, mas foi marcada por diferentes experiências, condições materiais e construções sociais relacionadas ao gênero e ao trabalho.

Para algumas participantes, a escolha profissional esteve fortemente associada à influência familiar, especialmente pela presença de mulheres da família já inseridas no magistério. Tal aspecto reforça a permanência da ideia da docência como uma

profissão “naturalmente feminina”, frequentemente transmitida entre gerações como uma ocupação socialmente aceitável para as mulheres. Essa percepção dialoga com as discussões de Almeida (1996) e Louro (1997) ao evidenciarem que o magistério foi historicamente construído como uma extensão das funções femininas vinculadas ao cuidado e à maternidade.

Por outro lado, houveram narrativas que introduziram elementos relacionados às limitações econômicas e às desigualdades de acesso à formação profissional. Algumas participantes relataram que a docência surgiu como uma possibilidade viável diante da impossibilidade de cursar graduações consideradas mais prestigiadas socialmente, como Odontologia e Fisioterapia, seja pelos custos financeiros, seja pela distância geográfica das instituições de ensino.

Nesse sentido, a docência aparece não apenas como vocação, mas também como alternativa concreta de inserção no mercado de trabalho. Essa realidade dialoga com as reflexões de Chamon (2005), quando o autor afirmar que o magistério representou para muitas mulheres, uma forma de ascensão social e sobrevivência economicamente possível dentro dos limites impostos pela estrutura patriarcal.

Outro aspecto central identificado nas narrativas referiu-se à persistente associação entre docência, cuidado e maternidade, especialmente na educação infantil. Algumas professoras afirmaram em suas falas que, por ser mulher, possuiriam um “instinto materno” ou uma vocação natural para lidar com crianças pequenas, sendo consideradas mais pacientes, cuidadosas e afetivas.

Essas falas evidenciam a permanência de discursos historicamente construídos que associam o trabalho docente às características consideradas tipicamente femininas. Conforme discutido por Yannoulas (2011), esse processo está relacionado à feminilização do magistério, isto é, à atribuição de traços socialmente entendidos como femininos ao exercício da profissão docente.

A naturalização dessas características contribui para a desprofissionalização da docência ao deslocar o foco da competência técnica, intelectual e pedagógica para aspectos afetivos e morais.

Para Freire (2012) a compreensão da docência como missão ou dom tende a invisibilizar o caráter político e profissional do trabalho docente, ou seja, ao valorizar excessivamente o afeto, a dedicação e a abnegação, reforça-se uma lógica que historicamente contribuiu para a precarização e para a baixa valorização salarial da categoria, sobretudo nas etapas relacionadas ao cuidado infantil.

As entrevistas também evidenciaram como as relações de gênero influenciam a presença masculina nas diferentes etapas da educação básica. As participantes indicaram que o afastamento dos homens da educação infantil e dos anos iniciais

poderia estar relacionado a preconceitos sociais e desconfianças culturalmente construídas.

Relatos mencionaram a existência de um “tabu” em relação ao homem desempenhar funções de cuidado íntimo, como trocar roupas ou auxiliar crianças pequenas, revelando como o cuidado ainda é compreendido socialmente como responsabilidade feminina. Essa percepção demonstra a permanência de normas patriarcais que associam os homens à autoridade e ao comando, enquanto às mulheres são atribuídas funções ligadas ao acolhimento e ao cuidado.

Observou-se ainda que a aceitação da presença masculina tende a aumentar nos níveis mais avançados da escolarização, como o ensino fundamental II e o ensino médio, espaços em que os homens são frequentemente associados à disciplina, liderança e autoridade. Tal dinâmica reforça a existência de hierarquizações internas na profissão docente, nas quais as etapas relacionadas ao cuidado infantil permanecem menos valorizadas socialmente e mais fortemente feminilizadas.

Além das questões relacionadas ao gênero, os relatos das professoras apontaram os impactos da sobrecarga emocional e das condições de trabalho sobre o exercício da docência. Relatos destacam a ausência da participação familiar na formação das crianças, e a inversão de responsabilidades que anteriormente eram atribuídas às famílias e passaram a ser transferidas para a escola.

As participantes relataram sentimentos de desgaste, frustração e exaustão diante da indisciplina, da sobrecarga de funções e da falta de reconhecimento profissional.

Somadas aos baixos salários e à dupla jornada enfrentada por muitas mulheres, essas condições reforçam as desigualdades estruturais que atravessam a profissão docente. Conforme argumenta Birolli (2018), a responsabilização feminina pelo cuidado doméstico e familiar continua impactando diretamente a inserção e a permanência das mulheres no espaço público e profissional.

Assim, embora as mulheres sejam maioria no ambiente escolar e ocupem papel central na organização da educação básica, ainda enfrentam dificuldades para desvincular sua identidade profissional das expectativas históricas associadas ao trabalho doméstico e ao cuidado não remunerado.

4. Resultados

Os dados produzidos evidenciaram que o ingresso na carreira docente constituiu um fenômeno multifacetado, marcado pela articulação entre fatores familiares, vocacionais, econômicos e circunstanciais. Parte das participantes relatou que a escolha pela docência esteve relacionada à influência familiar e à convivência com

mulheres já inseridas no magistério, demonstrando a permanência de uma tradição historicamente associada ao universo feminino.

Em contrapartida, outras professoras indicaram que a docência surgiu como possibilidade concreta de inserção no mercado de trabalho diante das limitações financeiras e geográficas que dificultavam o acesso a cursos considerados socialmente mais valorizados.

Nesse contexto, a profissão docente apareceu não apenas vinculada à ideia de vocação, mas também como alternativa profissional acessível e socialmente aceita para as mulheres.

As narrativas evidenciaram ainda uma percepção ambígua acerca da profissão docente, pois, embora as participantes reconhecessem a educação como base fundamental para a formação humana e para o desenvolvimento das demais profissões, também expressaram sentimentos de desvalorização, frustração e desgaste relacionados aos baixos salários, à sobrecarga de trabalho e à falta de reconhecimento social.

Tal contradição revela a tensão existente entre a relevância social atribuída à docência e as condições concretas de exercício profissional enfrentadas pelas professoras.

Um dos resultados centrais da investigação referiu-se à persistente associação entre docência, cuidado e maternidade, especialmente nas etapas iniciais da escolarização. As falas das participantes demonstraram a permanência de discursos que naturalizam a presença feminina na educação infantil, frequentemente associando a professora à figura da “mãezona”, dotada de paciência, sensibilidade e instinto materno. Essas percepções reforçam a compreensão da docência como extensão do cuidado doméstico e evidenciam a permanência de representações historicamente construídas acerca do papel social das mulheres.

No que se refere à baixa presença masculina na educação infantil e nos anos iniciais, os resultados indicaram que esse fenômeno permaneceu atravessado por preconceitos sociais e desconfianças culturalmente construídas. As participantes mencionaram a existência de tabus relacionados ao homem exercer funções de cuidado íntimo com crianças pequenas, como trocar roupas ou auxiliar na higiene, o que contribui para limitar sua inserção nesses espaços. Observou-se, contudo, que a aceitação da presença masculina tende a aumentar nos níveis mais avançados da escolarização, especialmente no ensino fundamental II e no ensino médio, nos quais os homens são frequentemente associados a autoridade, disciplina e maior prestígio intelectual.

Os relatos também evidenciaram desafios cotidianos relacionados à sobrecarga emocional e às transformações nas relações entre escola e família. As docentes apontaram a ausência de participação familiar no acompanhamento escolar e a transferência crescente da responsabilidade pela formação moral das crianças para a instituição escolar. Além disso, a indisciplina e a desmotivação dos estudantes foram identificadas como fatores que dificultam o trabalho pedagógico e intensificam o desgaste profissional.

Por fim, as participantes destacaram que o exercício da docência exige equilíbrio emocional, comprometimento, responsabilidade e constante aperfeiçoamento profissional. Entretanto, tais exigências continuam fortemente associadas a expectativas de dedicação, cuidado e entrega afetiva historicamente atribuídas às mulheres.

Dessa forma, os resultados da pesquisa evidenciaram que a feminização da docência permanece profundamente relacionada às desigualdades de gênero presentes na sociedade. As narrativas das professoras revelaram tensões entre vocação, reconhecimento profissional, cuidado e desvalorização, demonstrando que o trabalho docente continua sendo atravessado por discursos históricos que naturalizam a presença feminina na educação ao mesmo tempo em que dificultam o pleno reconhecimento intelectual, social e financeiro da categoria.

5. Conclusões

Este estudo alcançou seu objetivo geral ao analisar o processo de feminização da carreira docente e as dinâmicas de gênero associadas à docência na educação básica. A investigação permitiu compreender que a predominância feminina no magistério ultrapassa uma dimensão meramente quantitativa, constituindo-se como uma construção histórica, social e cultural que influencia diretamente a formação docente, a concepção da profissão e o próprio reconhecimento do trabalho pedagógico.

Os resultados evidenciaram que a feminização do magistério representou, historicamente, uma importante possibilidade de inserção das mulheres — especialmente das camadas populares — no mercado de trabalho. Entretanto, esse processo também esteve acompanhado pela consolidação de desigualdades estruturais, marcadas pela desvalorização salarial, pela precarização das condições de trabalho e pela permanência de práticas discriminatórias sustentadas por estereótipos de gênero que ainda atravessam a profissão docente.

As narrativas das professoras participantes da pesquisa revelaram que a escolha pela docência é resultado de uma complexa articulação entre fatores familiares,

vocacionais, econômicos e circunstanciais. Contrariando a hipótese inicial de que a afinidade com as crianças seria o principal elemento motivador da escolha profissional, os relatos demonstraram que questões relacionadas às condições econômicas, à acessibilidade geográfica e às possibilidades concretas de formação exerceram papel significativo nas trajetórias dessas mulheres. Ainda assim, observou-se a permanência de discursos que associam a docência ao "instinto materno", reforçando a representação simbólica da professora como uma "mãe espiritual".

A naturalização da docência como missão, vocação ou extensão da maternidade contribui para invisibilizar o caráter técnico, intelectual e político do trabalho docente, fortalecendo processos históricos de desprofissionalização e desvalorização da categoria. Nesse contexto, a associação entre cuidado, afetividade e profissão docente continua sendo utilizada ainda que de maneira implícita, como justificativa para a manutenção de baixos salários, sobrecarga de trabalho e reconhecimento social limitado.

Outro aspecto relevante identificado pela pesquisa referiu-se ao distanciamento masculino das etapas iniciais da educação básica. As falas das participantes evidenciaram que a baixa presença de homens na educação infantil e nos anos iniciais está profundamente relacionada a preconceitos e tabus culturais acerca do cuidado infantil e das funções socialmente atribuídas aos homens e às mulheres. Essa lógica contribui para a manutenção da escola primária como um espaço majoritariamente feminino, enquanto os homens tendem a ocupar posições associadas à autoridade, gestão e maior prestígio social e financeiro dentro da própria estrutura educacional, fazendo da educação uma profissão feminina e uma carreira masculina.

Por fim, a pesquisa evidencia a necessidade de ampliar os debates sobre gênero na formação docente e nos espaços educacionais, questionando concepções naturalizadas que ainda associam a docência ao cuidado feminino e à vocação altruísta, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões acerca da feminização do magistério e para a promoção de práticas educacionais que reconheçam a docência como uma profissão intelectual, política e socialmente indispensável, independentemente de gênero.

6. Principais referências

ALMEIDA, J. S. de. **Mulheres na escola**: algumas reflexões sobre o magistério feminino. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev. 1996.

ANTUNES, L.; ACCORSSI, A. **Relações de Gênero e a Feminização da Profissão Docente**: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. Canoas, Rio Grande do Sul: La Salle, 2019.

BIROLLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CATANI, D. et al. **História, Memória e Autobiografia da Pesquisa Educacional e na Formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

CHAMON, M. **Trajetória de feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero e Magistério**: identidade, história, representação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, Gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, A. **História oral como método de pesquisa**: possibilidades para a pesquisa em Enfermagem. Enfermagem Brasil, v. 13, n. 4, 2014.

NOVAES, M. E. **Professora primária**: mestra ou tia. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVIANI, D. **Educação: seu papel histórico**. VI Simpósio Municipal de Educação. Caxias do Sul, 1988.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, S. C. (Org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013.

YANNOULAS, S. C. **Feminização ou feminilização?** Apontamentos em torno de uma categoria. Temporalis, Brasília, n. 22, p. 271-292, 2011.